



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**ATA NÚMERO 215/XII/4.ª SL**

**21.outubro.2014 – 15h00**

Aos 21 dias do mês de outubro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Projeto de Resolução 1129/XII/4ª do PCP, Recomenda ao Governo a Resolução Urgente dos Constrangimentos que Persistem no Instituto Politécnico do Cávado e Ave: Construção da Residência Universitária e da Escola Superior de Tecnologia**

- **Discussão em Comissão**

**5. Petição 423/XII/3ª da iniciativa de Nuno Miguel Gonçalves Ribeiro que Solicitam a anulação da prova de avaliação de conhecimentos e competências (PACC) – 15h30**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada Relatora:** Heloísa Apolónia - PEV

**6. Petição n.º 413/XII/3ª da iniciativa do Sindicato dos Professores da Zona Sul – Direção Distrital de Faro – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Faro.**

- **Apreciação e votação do relatório final da petição**
- **Deputado Relator:** Paulo Cavaleiro - PSD

**7. Plano de Atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial para a 4.ª sessão legislativa.**

- **Apreciação e votação**

**8. Projeto de Resolução 1131/XII/4ª do PCP, Pela Requalificação da Escola de Música do Conservatório Nacional e recuperação do seu Salão Nobre**

- **Discussão em Comissão**

**9. Outros assuntos**

**10. Data da próxima reunião**

28 de outubro de 2014



## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Deputada Diana Ferreira (PCP) pediu o adiamento do ponto 8, [Projeto de Resolução 1131/XII/4ª](#), do PCP, *Pela Requalificação da Escola de Música do Conservatório Nacional e recuperação do seu Salão Nobre*, tendo o mesmo sido agendado para a reunião seguinte.

Por outro lado, a Deputada Heloísa Apolónia (PEV) solicitou que o ponto 5 da OD passasse para ponto 4, tendo havido acordo nesse sentido.

A Ordem do Dia, com as alterações referidas, foi aprovada com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do Deputado do BE.

## 2. Aprovação de atas

As atas n.ºs 213 e 214, de 14 e 15 de outubro, respetivamente, foram aprovadas com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do Deputado do BE.

## 3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente da Comissão deu conta de que tinham baixado à Comissão a Proposta de Lei n.º 253/XII/4.ª – *Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015* e a Proposta de Lei n.º 253/XII/4.ª – *Aprova o Orçamento do Estado para 2015* -, sendo a primeira distribuída ao PSD e a segunda ao PS, tendo solicitado que os mesmos indicassem os Deputados Relatores e pedido que estes apresentassem os respetivos pareceres para serem apreciados na reunião de 28 de outubro.

### 3.2. Pedidos de audiência

3.2.1. Informou de seguida que a **FENPROF tinha solicitado uma audiência**, para tratar os assuntos seguintes: “desorganização no que concerne ao regime de docência, à organização dos tempos letivos, à articulação com as designadas AEC, o cego encerramento de escolas, a insuficiência da resposta promotora da inclusão, a escassez de pessoal auxiliar e a dificuldade de articulação, no contexto de Agrupamento, com outros níveis de educação e ensino”.

Foi consensualizado que a audiência teria lugar na reunião da Comissão, sendo agendada a curto prazo.

3.2.2. Igualmente o **Presidente do Conselho Executivo da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária da Ramada – Odivelas – tinha solicitado uma audiência** sobre a falta de pessoal auxiliar na escola. O PSD informou que indicaria posteriormente o Deputado que presidiria à reunião.

3.2.3. Referiu depois o **pedido de audiência da Direção Pedagógica do Externato Alfred Binet**, para equacionar as seguintes questões: “a não regularização do pagamento das mensalidades em atraso por parte do Ministério da Educação e Ciência está a criar uma situação



Comissão de Educação, Ciência e Cultura insustentável aos colégios de Ensino Especial, empurrando-os para o encerramento”. Atenta a matéria em causa, foi consensualizado que a audiência tenha lugar em reunião do Grupo de Trabalho do Ensino Especial.

- 3.2.4.** Indicou também o **pedido de audiência da Associação Nacional de Estudantes de Medicina**, que pretende “discutir o planeamento integrado da formação médica em Portugal, nomeadamente quanto à adequação do número de ingressos anual nas Escolas Médicas nacionais e o agravamento das condições pedagógicas das Escolas Médicas portuguesas

O PSD informou que indicaria posteriormente o Deputado que presidiria à reunião.

- 3.2.5.** Por último, o Presidente deu conta de um **pedido de realização de um encontro de trabalho/estudo dos alunos da Licenciatura em Ciências da Educação, da Universidade de Évora, com a Comissão**, com a finalidade de contactar e melhor conhecer *in loco* os trabalhos da Comissão, e assim, poderem complementar os seus estudos de carácter mais teórico e livresco com o diálogo e o contacto efetivo com os deputados, que de uma forma mais especializada se ocupam das questões educativas e que acabam por ter um papel mais decisivo no processo legislativo nestas matérias.

Sugeriram que a realização do encontro (que incluirá cerca de 50 pessoas, entre alunos e professores) pudesse realizar-se na segunda quinzena de novembro ou em dezembro, na data que fosse mais conveniente para a Comissão.

Foi consensualizado articular a reunião com os proponentes, equacionar a sua realização na sala do Senado e que a mesma tenha uma duração de cerca de 1 hora.

- 3.3.** O Presidente da Comissão referiu que por indicação do PS, o Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Indisciplina em Meio Escolar deixou de ser o deputado Acácio Pinto (PS), tendo sido substituído pelo deputado Rui Pedro Duarte (PS).
- 3.4.** Lembrou ainda que teria lugar no dia seguinte, na Biblioteca, a partir das 18h, o Café de Ciência, sobre o tema: *Qualidade do ar: desafios do presente para as cidades do futuro*.

Indicou depois as entidades participantes já confirmadas e solicitou a presença de todos os Deputados.

### **3.5. Participação de Deputados na Conferência da EPTA**

O Presidente deu conta de que as Deputadas Gabriela Canavilhas (PS) e Isilda Aguincha (PSD) tinham recebido convite e manifestado interesse em participarem, em representação da Comissão, numa Conferência da EPTA - *European Parliamentary Technology Assessment* (rede de 13 países e organizações parlamentares internacionais, que não integra Portugal), que teria lugar em 27 e 28 de outubro (2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> feira seguintes), em Oslo, sobre o tema “Productivity and New Technologies – Consequences for Work and Welfare”. Indicou ainda que a Comissão não tinha recebido nenhum convite para participação na Conferência.

Em termos de antecedentes, referiu que em 2012 a EPTA tinha enviado um convite para participação numa reunião, tendo estado presente o relator temático da Avaliação Tecnológica Parlamentar, na época o Deputado Rui Jorge Santos.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Indicou ainda que os Deputados Gabriela Canavilhas (PS) e Pedro Saraiva (PSD) tinham participado numa Conferência anterior da EPTA, na sequência de convites dirigidos aos respetivos GP e não à Comissão.

Referiu depois que o atual Relator da temática da Avaliação Tecnológica Parlamentar, Deputado Rui Pedro Duarte, tinha representado a Comissão numa reunião internacional da PACITA ([Parliaments and Civil Society in Technology Assessment](#)), que decorreu na Assembleia da República, em abril de 2014.

Quanto a anteriores deslocações internacionais, não relacionadas com temáticas de Grupos de Trabalho ou Relatores temáticos, indicou que se tinha deslocado um Deputado por cada uma, tendo-se verificado apenas 2 situações, numa em que participou um Deputado do PSD e noutra em que participou um do PS.

Por último, informou que no caso de se deliberar que houvesse participação, teria de se pedir autorização à PAR e de seguida desenvolver a logística inerente à inscrição, viagem e alojamento.

Nesta sequência, colocou o assunto à consideração da Comissão.

O Deputado Rui Pedro Duarte (PS) informou que o convite para participação na Conferência da EPTA lhes chegou através do Professor António Brandão Moniz, que estava mandatado para convidar os Deputados da Comissão e considerou que a participação na Conferência é importante.

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) informou que já tinha desistido da ida à Conferência, tendo entretanto assumido outros compromissos inconciliáveis, mas que iria ver no seu Grupo Parlamentar se outro Deputado poderia participar na Conferência, comprometendo-se a dar essa indicação com celeridade.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) indicou que a Deputada Rita Rato (PCP) também tinha recebido convite para participar na Conferência, mas não tinha disponibilidade para o efeito.

O Deputado Rui Pedro Duarte (PS) reiterou a disponibilidade da Deputada Gabriela Canavilhas (PS) para participar na Conferência.

Assim, consensualizou-se aguardar a resposta do PSD, para depois se pedir a autorização da PAR.

4. [Petição 423/XII/3<sup>a</sup>](#) da iniciativa de Nuno Miguel Gonçalves Ribeiro que Solicitam a anulação da prova de avaliação de conhecimentos e competências (PACC)

A delegação dos peticionários da [Petição n.º 423/XII/3.<sup>a</sup>](#) era constituída pelos Professores Nuno Miguel Ribeiro, João Nuno Oliveira, Carina Eduarda Marques, Ricardo dos Santos e Rui Manuel Rodrigues.

Os peticionários contestaram a prova de avaliação de conhecimentos e competências (PACC), alegando o seguinte:

1. A versão da prova de 2013-2014 não respeita os princípios do Estatuto Docente e promove uma desigualdade entre os docentes;
2. A prova questiona a validade dos cursos do ensino superior, tuteladas pelo Ministério;
3. Os cursos não desenvolveram competências para realização da PACC;
4. Inicialmente a prova devia ser para todos os docentes e na sequência do acordo com a UGT, a prova só é obrigatória para os professores com menos de cinco anos de funções e



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

essencialmente os professores que estavam fora do ensino público, verificando-se desigualdade entre os docentes;

5. Não foi aceite a situação dos docentes que não conseguiram pagar a prova e está resolvida a daqueles que não conseguiram fazer a prova, como grávidas, professores que não fizeram a 1.ª prova e não foram chamados para a 2.ª, etc;
6. O Ministério desistiu este ano da componente específica;
7. O Ministério introduziu numa fase posterior do concurso um fator eliminatório (sendo que a prova estava suspensa aquando da abertura do concurso), impedindo a contratação de professores que não a tivessem realizado;
8. O regime do [Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de janeiro](#), alterado e republicado pelo [Decreto-Regulamentar n.º 7/2013, de 23 de outubro](#), prevê uma prova comum e uma componente específica, que não se verificou, quando inicialmente tinha sido cobrado um valor de inscrição que incluía essa componente;
9. A componente geral beneficia os professores dum as áreas, maioritariamente os de Filosofia, mas também os de Português e Matemática, em detrimento de outros;
10. A prova realizada viola os artigos 13.º e 43.º da [Constituição da República Portuguesa](#).

Interveio depois a Deputada Heloísa Apolónia (PEV, relatora da petição), informando em primeiro lugar que foi pedido um parecer à 1.ª Comissão em relação à constitucionalidade da prova, bem como a pronúncia do Ministro da Educação e Ciência quanto à petição.

Indicou que a audição permitiu fazer o enquadramento da PACC e manifestou uma grande preocupação em relação à mesma, à postura do Ministro e à eliminação de professores. Referiu que o Ministro duvida dos cursos do ensino superior e defendeu que se verifica uma desigualdade entre os professores com mais ou menos de 5 anos de funções.

O Deputado Agostinho Santa (PS) indicou que o PS entende que a situação foi mal gerida e centrou-se depois naquilo que a petição questiona, a estrutura da prova. Assim, colocou várias questões que entende que devem ser respondidas, a saber, a prova adequa-se, tem efeitos, sabe-se qual o perfil e as competências exigidas ao professor?

Indicou que o Ministério pretende atingir a melhoria do sistema, mas não se vê que esta prova o faça. Defendeu a necessidade de integração com a avaliação de desempenho e com a prova específica e indicou que a prova apenas com a parte comum foi uma obsessão e um capricho.

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) perguntou como deve ser a prova para o PS, lembrando que tinha sido o respetivo Governo que a instituiu. Lembrou que a realização da prova apenas para os professores com menos de cinco anos de funções tinha resultado das negociações com os sindicatos e esclareceu que só houve uma componente da prova, a comum, por dificuldade de realização da 2.ª, realçando ainda que havia necessidade de salvaguardar os candidatos que tinham feito a prova em dezembro de 2013.

Informou que ela própria já fez provas base para outras carreiras, com juristas e detentores de outras formações. Defendeu que a prova se articula com a avaliação de desempenho. Por último, referiu que tem havido negociações com as estruturas.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) questionou em primeiro lugar se a prova é necessária ou não e manifestou concordância com a mesma, entendendo que é útil para a qualidade da profissão. Referiu que houve negociação com os sindicatos e nessa sequência acordo com a UGT em relação à não obrigatoriedade de realização da prova pelos docentes com mais de cinco anos de funções.

Por último, defendeu que as questões processuais que se verificaram devem ser reavaliadas, reanalisadas, nomeadamente pela Inspeção da Educação.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu que o PCP defende a revogação da prova, que humilha os professores e desvaloriza a carreira docente. Defendeu que a prova não está desligada de um objectivo de desmantelamento da escola pública e tem a frontal oposição do PCP, tendo sido um expediente para despedir professores, como se verificou com 8.000 que ficaram fora dos concursos.

Referiu ainda que a Prova avalia aqueles que foram sujeitos a avaliação académica e profissional, que passaram por período probatório nas escolas e que têm sido sujeitos, anualmente, a avaliação de desempenho. Frisou que a Prova desrespeita o ciclo de formação superior, a experiência concreta dos professores nas escolas e coloca em causa as Instituições de Ensino Superior que lecionam e fazem a avaliação científica na formação inicial e de professores.

Salientou que já anteriormente apresentaram um Projeto de Resolução recomendando a revogação da prova, tendo sido rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP, a abstenção do PS e os votos a favor dos restantes Grupos Parlamentares.

O Deputado Luís Fazenda (BE) referiu que a prova viola o princípio da igualdade, entendendo que a mesma está ferida de inconstitucionalidade, bem como de ilegalidade, sendo que no aviso de abertura do concurso não era exigida aos candidatos a aprovação na prova.

Manifestou abertura para o debate sobre a formação inicial dos professores, mas discordou da prova.

O Deputado Acácio Pinto (PS) precisou que a legislação aprovada pelo Governo do PS não permitia a prova neste caso.

Na sequência do debate realizado, os peticionários referiram que só houve negociação com a UGT para a dispensa da prova em relação aos docentes com mais de cinco anos de funções.

Defenderam depois que o ensino superior não dá formação adequada para a prova comum. Referiram que os professores foram divididos entre os que tinham mais de cinco anos e os que tinham menos e salientaram que há professores de escolas privadas com contrato associação, financiadas pelo Estado, que não fizeram a prova.

Referiram que a situação visa denegrir a imagem do professor e que a prova recaiu sobre professores que estão fora da carreira e não é para acesso à mesma, porque continuam fora dela. Salientaram que os professores com mais de cinco anos de funções entraram na carreira através de concurso extraordinário, sem realização da prova.

Por último, defenderam que os professores estão a pagar pela desconfiança do Ministério em relação às instituições de ensino superior, quando estas são tuteladas pelo mesmo Ministério.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

**5. Projeto de Resolução n.º 1129/XII/4.ª, do PCP, Recomenda ao Governo a Resolução Urgente dos Constrangimentos que Persistem no Instituto Politécnico do Cávado e Ave: Construção da Residência Universitária e da Escola Superior de Tecnologia**

O Projeto de Resolução n.º 1129/XII/4.ª foi apresentado pela Deputada Carla Cruz (PCP), tendo participado no debate subsequente os Deputados Manuel Mota (PS), Isidro Araújo (PSD), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e por último, novamente a Deputada do PCP.

A Informação correspondente e a gravação da discussão estão disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 1129/XII/4.ª](#).



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

6. **Petição n.º 413/XII/3ª** da iniciativa do **Sindicato dos Professores da Zona Sul – Direção Distrital de Faro – FENPROF**, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Faro.

O relatório final da Petição 413/XII/3.ª foi apresentado pelo relator, Deputado Paulo Cavaleiro (PSD), tendo depois sido aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS, CDS-PP e PCP, verificando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

7. **Plano de Atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial para a 4.ª sessão legislativa.**

O Plano de Atividades foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV.

8. **Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

9. **Data da próxima reunião**

28 de outubro de 2014

A reunião foi encerrada às 17:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de outubro de 2014

**O PRESIDENTE**

**(Abel Baptista)**

Ata aprovada na reunião de 28 de outubro de 2014.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Heloísa Apolónia  
Inês de Medeiros  
Isidro Araújo  
Isilda Aguincha  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria da Conceição Caldeira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rui Pedro Duarte  
Agostinho Santa  
Ana Sofia Bettencourt  
Diana Ferreira  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Laurentino Dias  
Manuel Mota

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais  
Rita Rato